

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A SITUAÇÃO DENOMINADA CEGUEIRA DELIBERADA	23
1.1. Origens da classificação jurídico-penal dos casos de cegueira deliberada	26
1.2. O <i>leading case US v. Jewell</i>	29
1.3. O objeto do conhecimento, intencionalmente ignorado ...	32
1.4. A atitude do sujeito de ignorância proposital do aspecto fático	33
1.5. A equiparação jurídica dos casos de cegueira deliberada com as atuações realizadas com o conhecimento da situação	34
1.6. A ambiguidade do termo <i>knowledge</i>	39
1.7. O objeto da equiparação	44
1.8. O fundamento da equiparação	50
1.9. A especificação dos critérios classificatórios e consequente definição do conteúdo da <i>willful blindness doctrine</i>	51
1.9.1. Os requisitos legais elementares	52
1.9.2. O requisito adicional definido no caso <i>US v. Jewell</i>	54
1.9.3. A polémica sobre a motivação e a finalidade	55

1.9.4. Síntese.....	58
1.10. A <i>willful blindness doctrine</i>	59
1.11. A distinção entre a <i>willful blindness doctrine</i> e a situação denominada cegueira deliberada (<i>willful blindness</i>)	62
2. PROBLEMAS DE COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DA COMMON LAW E DA CIVIL LAW.....	65
2.1. Diferenças entre as categorias <i>knowledge</i> e dolo eventual ...	66
2.1.1. Conseqüências destas diferenças	70
2.1.2. Tentativas de adaptações.....	72
2.2. Ausência de relação direta entre a cegueira deliberada e o dolo eventual.....	75
2.2.1. Conseqüências da confusão conceitual	78
2.3. O problema do conhecimento na definição do elemento cognitivo do dolo	80
2.3.1. O erro sobre elementos do tipo	81
2.3.2. O que sabe quem decide não confirmar uma suspeita.....	87
2.4. Propostas de modificação do conteúdo das categorias	91
3. O CONTEÚDO DO DOLO (COM ÊNFASE NO DOLO EVENTUAL)	95
3.1. O aspecto cognitivo do dolo eventual	98
3.1.1. Os casos de cegueira deliberada	105
3.2. O aspecto volitivo do dolo eventual.....	109
3.2.1. A indiferença.....	112
3.2.2. A atitude do sujeito diante do risco	114
3.2.3. Os casos de atuação mediante cegueira deliberada	117
3.3. A imprudência consciente.....	119
4. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA SITUAÇÃO	123

4.1. A estrutura da conduta (<i>actio libera in causa</i>)	124
4.1.1. Modos de ignorar	128
4.1.2. O elemento subjetivo da conduta prévia de ignorância	129
4.1.3. O elemento subjetivo da conduta típica posterior	131
4.2. Os motivos e a finalidade	133
4.2.1. A metáfora do avestruz e da raposa	135
4.2.2. A função dos motivos e das finalidades	138
4.3. O objeto do elemento cognitivo do dolo	140
4.3.1. A determinação do objeto	142
4.4. A configuração objetiva do fato	146
4.5. Diferenças em relação a hipóteses similares, porém não idênticas	147
4.5.1. A “cegueira diante dos fatos” de Jakobs	148
4.5.2. A ignorância deliberada “stricto sensu” de Ragués i Vallès	149
4.6. Síntese dos requisitos para a classificação das condutas realizadas mediante ignorância deliberada na categoria dolo eventual	153
5. A RECEPÇÃO DO TEMA NO BRASIL	157
5.1. A teoria jurídica	158
5.2. A jurisprudência	166
5.2.1. O “Assalto do Banco Central”	167
5.2.2. O “Mensalão”	169
5.2.3. O caso do contrabando de cigarros	171
5.3. Balanço	172
CONCLUSÕES	173
BIBLIOGRAFIA	177